

ANALISANDO A ASSOCIAÇÃO ENTRE AS DEFICIÊNCIAS DE CONTROLES INTERNOS E O GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

VICTORIA CAMPOS DA SILVA BASTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

VAGNER ANTÔNIO MARQUES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

RESUMO

O objetivo foi analisar a associação entre as deficiências de controles internos e o gerenciamento de resultados de empresas listadas na [B]³. O estudo de natureza descritiva, documental e com abordagem quantitativa, analisou dados de 45 empresas listadas na [B]³ no período de 2010-2016. Os dados foram analisados através da estatística descritiva, análise de correlação de Spearman e teste t para diferenças entre grupos. Observou-se que das variáveis o Total de Deficiências Reportadas apresenta significância estatística com relação à proxy de gerenciamento de resultados, mostrando que quanto menores os reportes de deficiências de controles internos, maiores as práticas de gerenciamento de resultados, o que condiz com a hipótese da presente pesquisa. Tem-se a mesma interpretação com as variáveis de Treinamento (TR) e Falhas em Subsidiárias (FS), que quanto menores o reporte dessas deficiências, maiores os índices de gerenciamento de resultados. A presente pesquisa contribui para a literatura brasileira que analisa as deficiências de controles internos no mercado brasileiro e de que maneira isso pode interferir na escolha para o gerenciamento de resultado, considerando que a análise foi realizada apenas com empresas participantes da [B]³.

PALAVRAS-CHAVES: Deficiências de Controles Internos; Gerenciamento de Resultados; Mercado de Capitais

1. INTRODUÇÃO

No mercado de capitais, empresas emitem e vendem títulos para que possam se capitalizar. Neste contexto, investidores buscam oportunidades que possuam retornos satisfatórios para seus investimentos objetivando aplicar seu capital. Os investidores buscam nessas aplicações retornos que sejam maiores e desta forma, incorrem em maiores riscos também. Souza Filho, Albuquerque, Anjos e Rodrigues (2017) destacam que a assimetria informacional é um dos riscos presentes na realidade do mercado de capitais. A divulgação obrigatória de demonstrações contábeis pelas empresas de capital aberto se torna, portanto, uma forma para redução da assimetria informacional, trazendo maior confiabilidade ao investidor.

Desse modo, a publicação das demonstrações contábeis é fundamental para o bom funcionamento do mercado de capitais, pois auxilia no momento da tomada de decisões, tendo em vista que o investidor, visando bons retornos, assumirá a informação contábil divulgada como confiável e verídica. Assim, toda informação relevante da empresa deve ser devidamente publicada, de forma a auxiliar o investidor na avaliação dos riscos e na escolha mais viável para a aplicação de seus recursos (Castro & Marques, 2013).

Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis 00 [CPC 00] (2011), a finalidade das demonstrações é oferecer informações acerca da posição patrimonial e financeira de uma entidade e suas respectivas mudanças e desempenho, possibilitando que os usuários dessas informações disponham de melhores condições para avaliação de suas decisões econômicas. Desta maneira, infere-se que a demonstração contábil é uma das principais fontes de informação das empresas.

Sendo assim, faz-se necessário que as empresas possuam mecanismos que facilitem a relação entre o principal (investidor) e os agentes (gestores), visando alinhar seus interesses (Jensen & Meckling, 1976). Diante deste cenário, os controles internos apresentam-se como um mecanismo que buscam garantir que os recursos sejam adequadamente utilizados, mitigando a sua expropriação, bem como uma melhoria da qualidade das informações disponibilizadas (Lopes, Marques, & Louzada, 2017). Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC] (2015), as atividades de Governança Corporativa compreendem os mecanismos utilizados pelas organizações para regulamentar seus órgãos de controle, relacionamentos entre os gestores e investidores, monitoramentos dos sistemas e outros, que cooperam para a consolidação da estrutura de controles internos.

Entende-se, portanto, que sendo os controles internos práticas que colaboram para a melhora da divulgação dos dados contábeis trazendo maior confiabilidade, há uma limitação dos níveis de alterações que possam ocorrer na divulgação das demonstrações financeiras, sejam elas voluntárias ou não (Silva, Rohenkohl, & Cunha, 2017).

Porém, podem existir deficiências nos controles internos. Essas deficiências podem influenciar o usuário da informação no julgamento da saúde da empresa e a divulgação das mesmas colaboram para que os investidores façam suas análises de forma mais adequada (Lopes *et al.*, 2017).

Dentro desse contexto, o CPC 00 discorre sobre a representação fidedigna das informações contábeis, em que a divulgação dos dados em demonstração contábil deve representar a realidade financeira, patrimonial e econômica da empresa de forma completa e livre de erro. Desta forma, quando a divulgação não se encontra nos moldes especificados pelo CPC 00, pode-se relacionar com a prática incorrida por gestores de realizar mudanças nos resultados intencionalmente, “mascarando” informações, chamado de gerenciamento de resultados (Silva *et al.*, 2017).

As deficiências de controles internos representam irregularidades que podem causar distorções nas demonstrações contábeis e com isso, o gestor pode optar pela manipulação das

referidas demonstrações para “aumentar a probabilidade dos objetivos serem alcançados” (Teixeira & Cunha, 2016). Martinez (2001) destaca que a prática de gerenciamento de resultados é definida como uma alteração proposital de dados contábeis, não sendo considerada como uma fraude, com fins de alcançar resultados esperados pelo gestor da empresa. O conflito de interesses entre o investidor e gestor pode, de certa maneira, funcionar como um estímulo à referida prática (Correia, Amaral, & Louvet, 2017). Neste cenário, o presente estudo busca analisar o seguinte problema de pesquisa: **Qual a associação entre as deficiências de controles internos e o gerenciamento de resultados?**

O objetivo foi analisar a associação entre as deficiências de controles internos e o gerenciamento de resultados de empresas listadas na [B]³. O estudo de natureza descritiva, documental e com abordagem quantitativa, analisou dados de 45 empresas listadas na [B]³ no período de 2010-2016. Os dados foram analisados através da estatística descritiva, análise de correlação de Spearman e teste t para diferenças entre grupos. O estudo se torna relevante pois colabora com a literatura nacional acerca das deficiências de controles internos no mercado brasileiro, com análise de informações divulgadas desde 2010 pelas empresas listadas na [B]³. Contribui para a percepção do efeito da divulgação das deficiências de controles internos para o usuário da informação e para a auditoria, que emite opinião sobre as deficiências (NBC TA 265, 2009), mesmo sem a obrigatoriedade de as empresas divulgarem desses dados. Ainda, o presente estudo se diferencia e se justifica por realizar uma associação dessa divulgação com a prática de gerenciamento de resultados por parte de seus gestores, tendo em vista que, de acordo com Jensen e Meckling (1994), os gestores são automaximizadores de seu bem-estar e o gerenciamento de resultado por *accruals* diz respeito ao processo de escolhas contábeis que favorecerão interesses da firma e/ou do gestor.

Este artigo divide-se em cinco seções, incluindo esta introdução. A seção dois reúne estudos que compuseram a revisão da literatura. A seção três traz os procedimentos metodológicos aplicados. A seção quatro apresenta os resultados encontrados e suas análises e ao fim, a seção cinco traz as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA O MERCADO DE CAPITAIS

O mercado de capitais representa uma importante fonte de recursos financeiros, onde títulos são negociados entre pessoas jurídicas, físicas e instituições financeiras. Segundo Fama (1970), a importância do mercado de capitais se dá pela destinação do capital para investimentos, o que contribui para o crescimento da economia. O autor considera que um mercado é eficiente quando os preços refletem as informações públicas e privadas sobre, pois possibilita que investidores e empresas tenham um posicionamento mais real da situação econômica. Ainda, o referido autor estabelece que existem três hipóteses de eficiência de mercado: a hipótese de eficiência fraca, que os preços refletem informações passadas; a hipótese de eficiência semiforte, que refletem informações públicas e que novas informações são rapidamente refletidas também; e a hipótese de eficiência forte, em que os preços refletem as informações privadas. Desta forma, uma eficiente precificação de títulos contribui para a tomada de decisão.

A necessidade de publicação de informações no mercado de capitais é um dos aspectos em comum que as empresas que fazem parte desse mercado possuem (Marques, Lara, Ayala, & Lamounier, 2011) e uma das aplicabilidades dessas informações é contribuir para a tomada de decisão por parte do investidor (Silva & Clemente, 2017). Existem diversas pesquisas que estudam a significância dessas informações e os valores de mercado das empresas, onde essas análises recebem o nome de *value relevance* (Machado, Macedo, &

Machado, 2015). Essas pesquisas buscam observar o comportamento do preço das ações empresariais em detrimento da divulgação de informações contábeis.

Em uma outra perspectiva, o estudo de Santos e Coelho (2018) ressalta a relevância da gestão de riscos de uma firma, que ao ser publicada pode colaborar com o investidor, tendo em vista a redução da assimetria informacional. A gestão de riscos consiste na maneira como a firma conduz suas atividades para “previsão de ações futuras” e assim estuda intervenções para que os fluxos de caixa futuros não sejam prejudicados.

Ressalta-se, portanto, o efeito da informação contábil para o desenvolvimento do mercado de capitais e do auxílio à tomada de decisão de gestores e investidores, que se utilizam das demonstrações divulgadas como base para exame das suas expectativas de mercado e do futuro da empresa (Castro & Marques, 2013). Portanto espera-se que as demonstrações sejam relevantes para os agentes quando elas afetam os preços executados no mercado (Santana & Cassuce, 2012). Marques (2016) observa, entretanto, que as demonstrações contábeis são úteis quando elas possibilitam o ajuste das expectativas dos investidores seja positiva ou negativamente, e ainda, confirmando essas expectativas. Desse modo, as informações contábeis resultarão em aumento/redução/manutenção dos preços conforme o seu efeito nas expectativas dos investidores.

Segundo Ball e Brown (1968), quando os preços dos ativos estão relacionados aos números contábeis publicados, eles são, em geral, úteis ao processo decisório dos investidores. Ainda, Ball e Brown (1968) demonstraram que a contabilidade se utiliza de diversos elementos para a formação da informação a ser apresentada. Santana e Cassuce (2012) complementam que a informação contábil é um recurso importante para mitigar a assimetrias informacional existente entre os gestores e usuários externos.

Segundo Machado *et al.* (2015, p.1), as demonstrações contábeis podem ter diversas finalidades, e isso varia de acordo com a necessidade do usuário da informação. No estudo citado, os autores consideraram a relevância da informação contábil quando:

- (i) contribui para a redução da assimetria informacional existente entre os usuários internos (gestores, executivos etc.);
- (ii) auxilia o usuário na avaliação dos efeitos potenciais de transações passadas, presentes e futuras nos fluxos de caixa futuros (valor preditivo) e/ou confirmando ou corrigindo suas avaliações anteriores (valor confirmatório);
- (iii) faz com que a decisão do usuário seja alterada pela sua utilização, ou seja, o usuário toma uma decisão diferente da que teria tomado, caso não tivesse determinada informação.

Os estudos que analisaram a relevância dos números contábeis (*value relevance*) reforçaram os achados dos trabalhos seminais de Ball e Brown (1968) e Beaver (1968), mostrando a relevância da divulgação de informações para avaliação das firmas. Como exemplo, a pesquisa de Silva e Clemente (2017), que considerou a pertinência da divulgação dos índices de liquidez corrente, endividamento geral, margem líquida e giro do ativo com relação ao que se espera de resultados da empresa. Analisou-se que houve significância estatística desses índices para explicar o retorno anormal. Portanto, conclui-se que a relevância da informação contábil no mercado de capitais ocorrerá ao se disponibilizar dados relevantes ao usuário.

Castro e Marques (2013) analisaram se o preço das ações sofre variação mediante publicação das demonstrações contábeis e a relevância das informações para o desenvolvimento do mercado de capitais. Todavia, o estudo apresentou que não houve reação significativa no mercado considerando-se a divulgação de demonstrações contábeis. Esse resultado pode ter ocorrido porque as empresas observadas divulgaram anteriormente outras

informações relevantes para o usuário, o que fez com que o resultado já fosse esperado pelo usuário da informação.

Por sua vez, Santos e Coelho (2018) analisaram sobre o processo de avaliação dos resultados e a atribuição de fatores relevantes para a acurácia de estimativas e redução do custo de capital. Como resultado, concluíram que, sendo o investidor pessimista, a publicação de fatores de risco contribui para mitigar a assimetria informacional, e com isso, a não superavaliação das ações. Neste cenário, o investidor se previne de determinados riscos pertinentes à avaliação. Observa-se assim, o impacto que a informação contábil traz ao mercado de capitais.

2.2. INCENTIVOS AO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

O gerenciamento de resultados é uma prática que surge no contexto do conflito de agências (Dechow, Ge, & Schrand, 2010). Segundo Jensen e Meckling (1976) existe um conflito iminente entre gestores (agentes) e acionistas (principais), pois os agentes, contratados em nome dos principais com vistas a maximizar os resultados da firma, podem, em decorrência da natureza dos indivíduos (avaliadora, automaximizadora, insaciável, criativa), da fragilidade dos contratos e flexibilidade das normas para expropriar recursos dos acionistas. Dentre as diversas formas de se expropriar recursos, o gerenciamento de resultados é uma delas quando, visando satisfazer ao oportunismo dos agentes, eles manipulam as informações contábeis para se auferir benefícios específicos, por exemplo: aumentar seu pacote de remuneração, melhorar ou manter sua reputação, etc.

Desse modo, para se mitigar o risco desse e outros tipos de problemas de agência, as firmas precisam incorrer em custos de agência. Os custos de agência consistem no sacrifício econômico dispendido para se restringir os problemas de agência, em geral, se enquadram dentro da estrutura de governança corporativa (Jensen & Meckling, 1976). Diante dessa definição, Mazzioni, Prigol, Moura e Klann (2015) destacam que a estrutura de governança consiste em mecanismos e procedimentos utilizados para regular e orientar as ações dos agentes com vistas a maximização de resultado da firma. Formigoni, Antunes, Paulo e Pereira (2012) complementam que esses mecanismos se fazem necessários para reduzir os conflitos de interesse, que geralmente estão ligados à regulamentação, contratos de dívidas, remuneração dos altos executivos e emissão e negociação dos títulos mobiliários. O gerenciamento de resultados se caracteriza pela intervenção voluntária e intencionada de resultados da empresa, a fim de demonstrar um resultado diferente da realidade ao investidor, intencionando algum ganho e com base em algum entendimento do administrador sobre os relatórios financeiros (Healy & Wahlen, 1999). Entretanto, a literatura sobre o tema assume que se trata de um comportamento decorrente dos problemas de agência e que prejudica as características qualitativas da informação contábil, pois incorpora o viés do gestor nos resultados com vistas a satisfazer aos seus interesses (Healy, 1985; Jones, 1991). Lopes e Martins (2005) destacam que três hipóteses direcionam os incentivos ao gerenciamento de resultados: (i) oportunismo dos agentes, (ii) nível de endividamento e (iii) custos políticos.

O oportunismo dos agentes é explicado pela intervenção proposital por parte do agente, decorrente de uma decisão dos administradores, visando benefícios particulares (Healy & Wahlen, 1999); o nível de endividamento explica-se pela preocupação de demonstrar uma boa saúde financeira ao mercado e; os custos políticos são explicados quando o gestor se depara com lucros excessivos e se depara com a necessidade de gerenciar o resultado a fim de reduzir esses custos (Martinez, 2001).

A informação contábil divulgada por meio das demonstrações contábeis é importante para que os *stakeholders* façam suas avaliações, portanto, o gerenciamento de resultados pode funcionar como indicador da qualidade das demonstrações (Cunha, Fernandes, & Dal Magro, 2017). Portanto, Martinez (2001) defende que essa prática não deve ser estimulada, visto que os investidores possuem informações limitadas acerca do posicionamento financeiro da empresa, e ainda, não colabora para a eficiência de mercado.

Existem fomentos para que os agentes adequem os resultados da empresa visando o ganho (Joia & Nakao, 2014). Sendo assim, o gerenciamento de resultados se dá com a alteração de informações contábeis, a fim de transmitir um ganho diferente da realidade para os usuários e diferentes procedimentos e motivos para o gerenciamento podem ser levados em conta (Cunha *et al.*, 2017).

Como exemplo, investigaram se as companhias abertas brasileiras que fizeram uso do gerenciamento de resultados a fim de reduzir sua carga tributária, haja vista da interferência que a legislação tributária causa na contabilidade. Pôde-se inferir nesse estudo que os incentivos tributários têm efeito sobre os *accruals* discricionários, por meio do gerenciamento de resultados que influenciou a não divulgação de resultados negativos.

Nesta mesma linha, Reis, Lamounier e Bressan (2015), verificaram a utilização do gerenciamento de resultados nas empresas listadas na [B]³ com base em decisões gerenciais. Para tanto, utilizaram as despesas com vendas, gerais e administrativas, sendo isso mais comum em empresas maiores, reduzindo-os, a fim de aumentar os resultados contábeis e evitar divulgar perdas. Possivelmente, isso se dá para que se mantenha uma reputação, visto que acionistas podem não reagir bem à uma divulgação desfavorável.

2.3. ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO E A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

As empresas, visando mitigar a assimetria informacional, esperam que a qualidade das informações divulgadas contribua para a redução dos conflitos de agência entre investidores e gestores. Com a falta de informações de qualidade, os investidores incorrem em maiores riscos, tendo em vista que eles utilizam os dados divulgados para fazer os cálculos necessários para avaliar melhor o desempenho da firma, e conseqüentemente, as suas escolhas (Correia *et al.*, 2017).

A Lei Sarbanes-Oxley (2002) surgiu com o intuito de aprimorar a governança corporativa e criar mecanismos de supervisão das atividades, visando a prevenção de fraudes e, em sua seção 404, propõe que o gestor viabilize um relatório sobre os controles internos da empresa, examinando a eficácia da estrutura de controle interno.

A governança corporativa se utiliza de vários métodos para reduzir os problemas de agência, como já discutido anteriormente, e ainda, a governança possibilita a avaliação da qualidade da informação contábil. Isso contribui para uma maior possibilidade de monitoramento do investidor em relação ao gestor, e assim, a qualidade se torna um aspecto essencial para tomada de decisão (Silva, Takamatsu, & Avelino, 2017).

A exemplo de estudos que investigam variáveis como a qualidade da informação, temos o recente trabalho de Mazzioni e Klann (2018) que analisou os Aspectos da Qualidade da Informação Contábil no Contexto Internacional, que investigou a qualidade da informação em empresas de 12 países. Estudou-se quatro variáveis, sendo eles a qualidade dos *accruals*, persistência, previsibilidade e suavização dos lucros. Entende-se *accruals* como o saldo do lucro líquido menos o fluxo de caixa operacional, persistência como lucros correntes, previsibilidade como lucros sem grandes variações e suavização dos lucros como a prática de controle da variação dos lucros. Avaliaram de que maneira essas variáveis são afetadas pelas características do ambiente de negócios em empresas nacionais e estrangeiras.

Tendo isso, observou-se que as variáveis de lucro possuem influência significativa na qualidade da informação contábil publicada por meio dos demonstrativos, portanto, infere-se que bons padrões de contabilidade produzem números contábeis de maior qualidade (Mazzioni & Klann, 2018).

Sendo assim, no intuito de mitigar o risco de expropriação e desvio de funções na utilização de recursos e ativos da firma, as empresas se utilizam do controle interno que configura como mais uma possibilidade de governança corporativa, contribuindo para potencialização de recursos (Lopes *et al.*, 2017).

Tem-se observado que as empresas, com vistas à padronização de práticas para atingimento dos objetivos institucionais por meio de controle interno, têm buscado cada vez mais uma estrutura de governança para pôr em prática nas suas demonstrações contábeis (Sousa, Souto, & Nicolau, 2017).

Entretanto, um enfoque fraco sobre a relevância das práticas de controle interno, não incentiva as empresas a desenvolverem melhor seu sistema de controle interno (Sarens & Christopher, 2010), visto que essas deficiências refletem falhas na estrutura de seus sistemas (Teixeira & Cunha, 2016).

Nesse aspecto, a estrutura do *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway* (COSO), referenciada em diversos estudos sobre o assunto, e que representa mecanismo de governança ligada ao gerenciamento de controles internos, foi primeiramente elaborada em 1992, mas sofreu melhoramentos em 2013, sendo essa a estrutura predominante nos dias atuais e que visa a objetividade de operações, confiabilidade e segurança das informações divulgadas e concordância com as leis e normas vigentes (Lopes *et al.*, 2017; Sousa *et al.*, 2017).

É também importante que haja incentivo à utilização de Estruturas de Governança e seus princípios (Lopes *et al.*, 2017). Essas práticas são fundamentais para que a divulgação das informações contábeis seja mais transparente e objetiva. Desta forma, será possível que ações e ativos transmitam maior confiabilidade o que irá corroborar para a agregação de valor (Erfurth & Bezerra, 2012).

Neste sentido, com relação à qualidade da informação contábil divulgada, Silva *et al.* (2017) considerou que a divulgação de relatórios financeiros que tenham passado por mecanismos de governança visa fornecer ainda mais informações em comparação aos relatórios que não passaram pela avaliação.

Diante da literatura apresentada, observa-se que as deficiências de controles internos (DCI's) têm potencial efeito sobre a qualidade das informações contábeis (Dechow *et al.*, 2010). Isso porque, as DCI's potencializam a expropriação e a ineficiência na utilização dos recursos disponíveis na medida em que os agentes deixam de cumprir os processos delineados pela empresa e/ou desviam-se dos seus objetivos na aplicação dos referidos controles. Desse modo, o presente estudo testará a seguinte hipótese de pesquisa:

H₁: As DCI's são positivamente associadas ao nível de gerenciamento de resultados

2.4 Pesquisas Anteriores

Os estudos sobre deficiências de controles internos são recentes no Brasil. Ainda, um outro estudo dos autores Teixeira e Cunha (2016), que analisou os índices de deficiências do controle interno, também com empresas listadas na [B]³ entre 2011 e 2013. As variáveis de

deficiências de controles internos analisadas foram: Conta Específica, Demonstrações Contábeis, Subsidiárias, Tecnologia, Alta Administração, Litígios e Geral. Cerca de 24,8% das empresas apresentaram deficiências nos controles internos e a variável mais representativa no que se avaliou como deficiência foi Tecnologia. Os autores ressaltaram ainda que o modelo utilizado no Brasil para reportar as deficiências nos controles internos ainda não se assemelha a modelos mais desenvolvidos.

A pesquisa de Silva *et al.* (2017) analisou a influência das deficiências de controle interno em escolhas contábeis conservadoras e oportunistas em empresas listadas na [B]³ entre 2010 e 2015. Estudaram-se variáveis como: escolha contábil conservadora, escolha contábil oportunista, índice de deficiência de controle interno, tipo de empresa de auditoria, tamanho da empresa e rentabilidade do ativo. Na apuração dos resultados, a maior parte das empresas se utilizou de gerenciamento de resultados para apresentarem resultado menor, sendo isso um efeito das deficiências de controles internos. Analisou-se também que a escolha contábil conservadora não sofreu impacto com relação à divulgação de deficiências nos controles internos. Os autores consideraram ainda que as deficiências estão ligadas a uma contabilidade de pouca qualidade.

Lopes *et al.* (2017) analisou os principais tipos de deficiências de controles internos reportados pelas empresas participantes do IBOVESPA no último trimestre de 2015. Analisou-se uma amostra de 32 empresas que reportaram algum tipo de deficiência no controle interno. Verificou-se que a deficiência que foi mais reportada é com relação a Treinamentos, totalizando 23%, seguido de Falhas Tecnológicas (20%); Falhas em Subsidiárias (17%); Contas Específicas (15%); Segregação de Funções (12%). Acrescenta-se ainda que a divulgação de deficiências pode se dar também por outras variáveis. Os autores concluíram ainda sobre a relevância da governança corporativa para a correção e redução de determinadas deficiências e de outros fatores que podem levar à divulgação de deficiências, como tipo de auditor e segmento econômico. Além disso, verificou-se a diminuição das deficiências mais constantes após a sua divulgação, o que nos leva a crer que houve medidas de melhoramentos, a fim de reduzi-las (Lopes *et al.* (2017).

Teixeira e Cunha (2017) analisaram a relação desses determinantes e seus fatores consequentes, considerando as deficiências existentes. Esses determinantes de deficiência nos controles internos são, na perspectiva desse estudo: complexidade dos negócios, características da empresa, situação financeira e mecanismos de monitoramento. Os fatores consequentes considerados foram: honorários de auditoria, *delay* em auditoria, mudança de opinião dos auditores independentes e a republicação ou reapresentação das demonstrações contábeis.

Analisou-se informações de empresas brasileiras listadas na [B]³ de 2011 a 2013. Conclui-se que, quanto aos Honorários de Auditoria, há um aumento quando existem deficiências nos controles interno, assim como no determinante *Delay* em Auditoria, onde se constatou que há aumento no prazo/atraso para a finalização da auditoria. A determinante Mudança de Opinião foi a que sofreu maior impacto, assim como a hipótese de Republicação ou Reapresentação das Demonstrações Contábeis, o que nos mostra que, mediante a apresentação das deficiências dos controles internos, há também um aumento nos custos de agência, tendo em vista o efeito gerado nas variáveis estudadas.

Além desses trabalhos publicados no cenário nacional, elaborou-se uma tabela (Tabela 1) com recentes pesquisas internacionais que abordaram as deficiências nos controles internos e seus impactos nas demonstrações contábeis e na percepção dos usuários dessa informação e seus respectivos resultados.

Tabela 1 – Síntese de estudos internacionais sobre as deficiências nos controles internos

| Autor (Ano) | Objetivo | Classificação da Pesquisa/Amostra/Método | Principais Resultados |
|-----------------------------------|---|---|---|
| Cheng, Goh e Kim (2018) | Examinar se o controle interno sobre relatórios financeiros afeta a eficiência operacional da empresa. | Descritiva, documental e com abordagem em quantidade. Dados de 4300 empresas entre os anos de 2004 e 2013. Análise de regressão. | A eficiência operacional é menor em empresas que divulgam deficiências materiais no controle interno do que para outras empresas. |
| Li, Park e Wynn (2018) | Analisar as reações do investidor frente à divulgação de deficiências de controle interno da SOx 404. | Descritiva, documental e com abordagem em quantidade. Dados de 637 observações entre os anos de 2004 e 2014. Análise de regressão. | A divulgação oportuna de deficiências no controle interno não implica na redução da assimetria de informacional entre as empresas e o mercado. A reação do investidor tem sido pior quando há divulgação prévia. |
| Gao, Jia e Li (2018) | Examinar o efeito da divulgação das deficiências de controles internos sobre as opções de financiamento da empresa e, conseqüentemente, analisar de que maneira as empresas mudam suas decisões de financiamento após a divulgação obrigatória dessas deficiências. | Descritiva, documental e com abordagem em quantidade. Dados de 270 empresas entre os anos de 2000 a 2011. Análise de regressão. | As empresas que divulgaram previamente suas deficiências de controles internos estavam mais propensas a buscar financiamento externo, do que as que não divulgaram previamente. Identificou-se que a divulgação das deficiências é relevante no que tange aos incentivos gerenciais, que pode ser significante no momento da escolha do financiamento da empresa. |
| Ji, Lu e Qu (2017) | Estudar a relação entre a divulgação voluntária das deficiências dos controles internos e a qualidade dos ganhos em firmas da China. | Descritiva, documental e com abordagem em quantidade. Dados de 1059 empresas entre os anos de 2010 e 2011. Análise de regressão. | O controle interno é um mecanismo eficaz para controle dos riscos corporativos. A qualidade dos lucros apresentou relação positiva à divulgação das deficiências dos controles internos. |
| Liu e Liu (2017) | Identificar uma relação entre os incentivos de capital e o comportamento dos gerentes ao adotar medidas de transparência das deficiências de controles internos da SOx. | Descritiva, documental e com abordagem em quantidade. Dados de 89 empresas de uma base de 234 entre os anos de 2003 a 2006. Análise de regressão. | Os gerentes tendem a manter controles internos eficientes visto que há um canal de remuneração baseado em suas ações. |
| Sun (2016) | Investigar se a divulgação de informações da qualidade do controle interno das empresas afeta a alocação de recursos e nas decisões sobre investimentos. | Descritiva, documental e com abordagem em quantidade. Dados de 3.187 empresas entre os anos de 2004 e 2012. Análise de regressão. | Empresas que receberam pareceres negativos dos auditores têm investimentos significativamente menores do que as outras empresas. Além disso, após a correção das deficiências dos controles internos, as empresas tornam a aumentar seus investimentos. |
| Feng, Li, McVay e Skaife (2015) | Examinar a associação entre as deficiências de controle interno nos relatórios financeiros e seus efeitos sobre as operações das empresas. | Descritiva, documental e com abordagem em quantidade. Dados de 161 empresas entre 2004 e 2009. Análise de regressão. | Empresas com deficiências nos controles internos possuem um giro de estoque mais lento, o que confirma a influência das deficiências nas operações da empresa. |
| Clinton, Pinello, & Skaife (2014) | Examinar as implicações das ineficiências nos controles internos reportados nos relatórios financeiros. | Descritiva, documental e com abordagem em quantidade. Dados de 208 empresas, se uma base de 5272 empresas entre os anos de 2004 e 2009. Análise de regressão. | Problemas de controle interno afetam a previsão dos analistas e a dispersão prevista pelos analistas é maior para empresas com controle interno ineficaz em relação a empresas com controles internos efetivos. |

Fonte: elaborada pelos autores

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo classifica-se como descritivo, documental e com abordagem quantitativa. Analisou-se a associação entre as Deficiências de Controles Internos (DCI's) e o Gerenciamento de Resultados Contábeis. A amostra foi composta por 45 empresas listadas na [B]³ e que fizeram do índice IBOVESPA no último trimestre de 2016. A coleta de dados foi realizada no sítio eletrônico do COMDINHEIRO. Os dados se referiram ao período de 2010-2016. A análise de dados foi realizada através da estatística descritiva, teste de diferenças entre as médias dos grupos e análise de correlação. Como *proxy* de gerenciamento de resultado (GR) utilizou-se o modelo de Jones Modificado com ROA (Kothari, Leone, & Wasley, 2005). Ela foi estimada utilizando-se dados em painel com dados das empresas controle de setor e ano para o modelo (1).

$$AT_i = \alpha_1 \left(\frac{1}{At_{it-1}} \right) + \alpha_2 \left(\frac{\Delta RL_i - \Delta RC_i}{At_{it-1}} \right) + \alpha_3 \left(\frac{Imob_i}{At_{it-1}} \right) + \alpha_4 ROA_i + \varepsilon_t \quad (1)$$

Em que:

AT_i : *Accruals* totais mensurados pela diferença entre o LL_i : Lucro Líquido do Exercício e o FCO_i : Fluxo de Caixa Operacional. Além disso, mensurou-se os *Accruals* totais pela diferença entre o CGL_i : Capital de Giro Líquido e a $Deprec_i$: Depreciação, Amortização e Exaustão, em que o $CGL = [(Ativo Circulante - Disponível) - (Passivo Circulante - Empréstimos e Financiamentos - Impostos a Pagar)]$;

At_{it-1} : Ativo total do ano anterior;

RL_i : Receita líquida;

$Imob_i$: Imobilizado;

RC_i : Saldo de contas a receber;

AND_i : *Accruals* Não Discricionários;

AD_i : *Accruals* Discricionários.

Estimado os *accruals* não discricionários (AND), os *accruals* anormais (AD) é dado por:

$$AD_i = AT_i - AND_i; AD_i = \varepsilon_i \quad (2)$$

Diante disso testou-se a existência de associação entre AD e as DCI's das empresas participantes do IBOVESPA. Adicionalmente, visando analisar os dados e sua associação com características institucionais e setoriais das empresas utilizou-se as seguintes variáveis categóricas.

Big4: Variável *dummy* que assumi valor 1 quando a empresa é auditada por uma Big4 e 0 para as demais.

SegEcon: Variável *dummy* que assumi valor 1 quando a empresa participa do iésimo segmento econômico e 0 para as demais.

NivGov: Variável *dummy* que assumi valor 1 quando a empresa participa do iésimo nível diferenciado de governança e 0 para as demais.

Para a análise das deficiências de controles internos, o presente estudo utilizou das classificações desenvolvidas por Ge e McVay (2005). Em seu estudo, os referidos autores elaboraram categorias com diferentes aspectos que são utilizados por muitos pesquisadores a fim de melhor avaliar as deficiências nos controles internos. Essas categorias são: conta específica, treinamento, período de fechamento e políticas contábeis, reconhecimento de receitas, segregação de funções, reconciliações contábeis, subsidiárias/específicos, alta

administração, tecnologia e não detalhados. A seguir, análises com base nessas *proxies* de deficiência de controles internos.

4. ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Inicialmente analisou-se a estatística descritiva dos *accruals* e deficiências dos controles internos (Tabela 1). Observa-se que em média, pelo menos 1,15 empresas em cada ano reportam existência de deficiências nos controles internos. Ainda, as deficiências de controles internos mais reportadas pelas empresas são: Contas Específicas, com reporte de 32% das empresas, seguido de Falhas Tecnológicas (24%), Treinamentos (19%), Falhas em Subsidiárias (16%) e Segregação de Funções (12%), Reconciliação de Contas (7%), Período de Fechamento (3%), Reconhecimento de Receitas (3%) e Acúmulo de Funções da Alta Gestão (1%).

Tabela 1 – Estatística descritiva dos *Accruals* Discricionários e as Deficiências de Controles Internos reportadas no período de 2010-2016

| | N | μ | σ | ε | t | df | Sig. | Dif. |
|------------|-----|-------|----------|---------------|-------|--------|---------|-------|
| DCI | 293 | 1.15 | 9.91 | 0.58 | 1.99 | 292.00 | 0.05** | 1.15 |
| AD | 245 | -0.02 | 0.50 | 0.03 | -0.76 | 244.00 | 0.45 | -0.02 |
| CE | 292 | 0.32 | 2.71 | 0.16 | 1.99 | 291.00 | 0.05** | 0.32 |
| TR | 292 | 0.19 | 1.66 | 0.10 | 1.97 | 291.00 | 0.05** | 0.19 |
| PF | 291 | 0.03 | 0.32 | 0.02 | 1.83 | 290.00 | 0.07*** | 0.03 |
| RR | 292 | 0.03 | 0.26 | 0.02 | 1.80 | 291.00 | 0.07*** | 0.03 |
| SF | 292 | 0.12 | 1.02 | 0.06 | 1.95 | 291.00 | 0.05** | 0.12 |
| RC | 292 | 0.07 | 0.61 | 0.04 | 1.92 | 291.00 | 0.06*** | 0.07 |
| FS | 292 | 0.16 | 1.37 | 0.08 | 1.97 | 291.00 | 0.05** | 0.16 |
| AF | 292 | 0.01 | 0.08 | 0.00 | 1.42 | 291.00 | 0.16 | 0.01 |
| FT | 292 | 0.24 | 2.07 | 0.12 | 1.98 | 291.00 | 0.05** | 0.24 |
| TDR | 292 | 1.46 | 12.43 | 0.73 | 2.01 | 291.00 | 0.05** | 1.46 |

Nota: **AD** – *Accruals* Discricionários; **DCI** – Deficiências de Controles Internos; **CE** – Contas Específicas; **TR** – Treinamento; **PF** – Período de Fechamento; **RR** – Reconhecimento de Receitas; **SF** – Segregação de Funções; **RC** – Reconciliação de Contas; **FS** – Falhas em Subsidiárias; **AF** – Acúmulo de Funções da Alta Gestão; **FT** – Falhas Tecnológicas; **TDR** – Total de Deficiências Reportadas.

O resultado encontrado converge com o apresentado por Ge e McVay (2005) quando os autores afirmam que as deficiências mais comumente reportadas são em contas específicas. Observa-se ainda, que os *accruals* discricionários apresentaram uma média de (0,02). Isso significa que em média, as empresas optaram por gerenciar seus resultados a fim de reduzi-los.

Posteriormente analisaram-se as médias *accruals* discricionários e as deficiências reportadas ao longo do período (Tabela 2). Foi possível verificar que as empresas apresentaram médias negativas para os *accruals* discricionários, o que sugere o intuito de redução dos resultados. Entretanto, tal análise não se aplica a todo o período, visto que nos anos de 2012, 2013 e 2016 as médias foram positivas. O ano que apresentou maior reporte das deficiências de controles internos foi 2015, sendo esse um ano em que os *accruals* discricionários apresentou média negativa, visando reduzir seu resultado. Ainda, pode-se observar a não homogeneidade na apresentação dos *accruals*.

Tabela 2 – Média dos *Accruals* Discricionários e o Total de Deficiências de Controles Internos reportadas no período de 2010-2016

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|------------|---------|---------|-------|--------|--------|--------|-------|
| AD | -0.1705 | -0.1393 | 0.455 | 0.0857 | -0.394 | -0.689 | 0.331 |
| DCI | 17.00 | 26.00 | 23.00 | 17.00 | 26.00 | 39.00 | 21.00 |
| CE | 2.00 | 7.00 | 8.00 | 6.00 | 7.00 | 9.00 | 7.00 |
| TR | 5.00 | 4.00 | 5.00 | 3.00 | 4.00 | 7.00 | 0.00 |
| PF | 1.00 | 1.00 | 0.00 | 0.00 | 1.00 | 2.00 | 0.00 |
| RR | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 1.00 | 2.00 | 1.00 |
| SF | 2.00 | 3.00 | 3.00 | 3.00 | 2.00 | 3.00 | 1.00 |
| RC | 1.00 | 1.00 | 1.00 | 0.00 | 3.00 | 3.00 | 1.00 |
| FS | 3.00 | 5.00 | 3.00 | 3.00 | 2.00 | 6.00 | 1.00 |
| AF | 1.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| FT | 2.00 | 5.00 | 3.00 | 2.00 | 6.00 | 7.00 | 10.00 |
| TDR | 22.00 | 33.00 | 33.00 | 34.00 | 34.00 | 27.00 | 30.00 |

Nota: **AD** – *Accruals* Discricionários; **DCI** – Deficiências de Controles Internos; **CE** – Contas Específicas; **TR** – Treinamento; **PF** – Período de Fechamento; **RR** – Reconhecimento de Receitas; **SF** – Segregação de Funções; **RC** – Reconciliação de Contas; **FS** – Falhas em Subsidiárias; **AF** – Acúmulo de Funções da Alta Gestão; **FT** – Falhas Tecnológicas; **TDR** – Total de Deficiências Reportadas.

Na sequência, analisou-se conforme a Tabela 3 as médias dos *accruals* e totais de deficiências por auditor. Observou-se que as médias de *accruals* discricionários menores foram aquelas das empresas auditadas pela Deloitte (DTT). Além disso, verificou-se que a PricewaterhouseCoopers (PWC) foi a única que apresentou média positiva de *accruals* discricionários e ainda foi a que apresentou maior média no total de deficiências reportadas.

De acordo com o estudo de Ge e McVay (2005), as grandes empresas de auditoria exigem padrões de controle interno mais rigorosos e por isso, há uma maior divulgação das deficiências nos controles internos, visto que essas grandes empresas possuem maiores recursos para identificar as deficiências. De acordo com os dados apresentados na Tabela 3, o

Total de Deficiências Reportado foi maior entre as Big4 do que nas demais empresas de auditoria, que está de acordo com a literatura citada.

Tabela 3 – Médias dos *Accruals* Discricionários e o Total de Deficiências de Controles Internos reportadas no período de 2010-2016 por auditor

| | PWC | KMPG | DTT | EY | Outros |
|------------|---------|----------|----------|----------|----------|
| AD | 0.07952 | -0.09861 | -0.01656 | -0.14181 | -0.15206 |
| DCI | 71.00 | 16.00 | 50.00 | 26.00 | 6.00 |
| CE | 20.00 | 5.00 | 15.00 | 5.00 | 1.00 |
| TR | 7.00 | 4.00 | 10.00 | 6.00 | 1.00 |
| PF | 1.00 | 1.00 | 2.00 | 1.00 | 0.00 |
| RR | 3.00 | 1.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| SF | 8.00 | 0.00 | 5.00 | 4.00 | 0.00 |
| RC | 5.00 | 1.00 | 1.00 | 2.00 | 1.00 |
| FS | 9.00 | 3.00 | 7.00 | 4.00 | 0.00 |
| AF | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 1.00 | 0.00 |
| FT | 18.00 | 1.00 | 10.00 | 3.00 | 3.00 |
| TDR | 68.00 | 53.00 | 48.00 | 27.00 | 17.00 |

Nota: **AD** – *Accruals* Discricionários; **DCI** – Deficiências de Controles Internos; **CE** – Contas Específicas; **TR** – Treinamento; **PF** – Período de Fechamento; **RR** – Reconhecimento de Receitas; **SF** – Segregação de Funções; **RC** – Reconciliação de Contas; **FS** – Falhas em Subsidiárias; **AF** – Acúmulo de Funções da Alta Gestão; **FT** – Falhas Tecnológicas; **TDR** – Total de Deficiências Reportadas. **PWC** – Pricewaterhouse; **KPMG** – KPMG Auditores; **DTT** – Deloitte; **EY** – Ernest Young;

Ainda de acordo com a literatura supracitada, analisou-se que o reporte das Deficiências nos Controles Internos foi significativamente maior nas Big4. Além disso, nas demais empresas de auditoria percebe-se que muitas variáveis apresentaram média zero de reporte por auditor. Esse resultado encontra-se de acordo com Zhang, Zhou e Zhou (2007), que afirmam em seus resultados que as empresas que possuem mais deficiências nos controles internos possuem auditoria externa mais independente, e estes realizam uma análise mais adequada das deficiências.

Posteriormente, analisaram-se as médias dos *accruals* discricionários e as deficiências dos controles internos por nível de governança (Tabela 4).

Mazzioni *et al.* (2015) demonstrou em seu estudo que a governança possibilita redução de conflitos e padronização de comportamento, e que houve influência na redução de gerenciamento de resultados. As empresas presentes no Novo Mercado (NM) possuem práticas de governança corporativa mais rigorosas em relação às empresas presentes nos outros segmentos de mercado. Segundo dados da BOVESPA, os níveis de governança são crescentes quando se trata das empresas presentes no Nível 1 (N1), Nível 2 (N2) e Novo Mercado respectivamente. Desta forma, presume-se que suas demonstrações estejam mais transparentes.

Tabela 4 – Médias dos *Accruals* Discricionários e as Deficiências de Controles Internos reportadas no período de 2010-2016 por Nível de Governança

| | TRAD | N1 | N2 | NM |
|------------|----------|---------|----------|----------|
| AD | -0.07355 | 0.00551 | -0.00521 | -0.03025 |
| DCI | 2.00 | 13.00 | 8.00 | 146.00 |
| CE | 0.00 | 8.00 | 2.00 | 36.00 |
| TR | 1.00 | 0.00 | 0.00 | 27.00 |
| PF | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 5.00 |
| RR | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 4.00 |
| SF | 0.00 | 0.00 | 2.00 | 15.00 |
| RC | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 10.00 |
| FS | 0.00 | 1.00 | 1.00 | 21.00 |
| AF | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 1.00 |
| FT | 1.00 | 4.00 | 3.00 | 27.00 |
| TDR | 30.00 | 50.00 | 11.00 | 122.00 |

Nota: **AD** – *Accruals* Discricionários; **DCI** – Deficiências de Controles Internos; **CE** – Contas Específicas; **TR** – Treinamento; **PF** – Período de Fechamento; **RR** – Reconhecimento de Receitas; **SF** – Segregação de Funções; **RC** – Reconciliação de Contas; **FS** – Falhas em Subsidiárias; **AF** – Acúmulo de Funções da Alta Gestão; **FT** – Falhas Tecnológicas; **TDR** – Total de Deficiências Reportadas. **TRAD** – Tradicional; **N1** – Nível 1; **N2** – Nível 2; **NM** – Novo Mercado.

De acordo com o regulamento do Novo Mercado (BOVESPA), este é um segmento do mercado de capitais em que é exigido que as empresas participantes adotem práticas de governança corporativa e outras divulgações acessórias ao que é exigido por lei. Na Tabela 4 apresentada acima, observa-se que o total de deficiências reportadas por empresas do segmento de Novo Mercado foi maior, assim como esperado, visto que sua estrutura de governança corporativa mais rigorosa contribui para a apresentação de relatórios mais confiáveis, e por essa razão, reportaram com mais transparência as deficiências presentes nas empresas. Desta forma, as empresas presentes nesse segmento destacam-se pela maior responsabilização e empenho na clara divulgação de seu posicionamento financeiro e patrimonial ao adotar melhores práticas de governança corporativa (Erfurth & Bezerra, 2012). Houve uma variação pequena dos *accruals* discricionários do N1 e N2, também próximo de zero, como no NM. Porém foi reportada uma média do total de deficiências nos controles internos significativamente menor que o NM.

Na Tabela 5, analisaram-se as correlações entre os *accruals* discricionários e as deficiências de controles internos. Observou-se que das variáveis o Total de Deficiências Reportadas apresenta significância estatística com relação à proxy de gerenciamento de resultados, mostrando que quanto menores os reportes de deficiências de controles internos, maiores as práticas de gerenciamento de resultados, o que condiz com a hipótese da presente pesquisa. Tem-se a mesma interpretação com as variáveis de Treinamento (TR) e Falhas em

Subsidiárias (FS), que quanto menores o reporte dessas deficiências, maiores os índices de gerenciamento de resultados.

Tabela 5 – Matriz de correlação entre *accruals* discricionários e deficiências de controles internos

| | AD | DCI | CE | TR | PF | RR | SF | RC | FS | AF | FT | DST | NivGov | Auditor | Ano |
|----------------|---------|---------|---------|---------|--------|--------|---------|---------|---------|-------|---------|---------|--------|---------|-------|
| AD | 1.000 | | | | | | | | | | | | | | |
| TDR | -,276** | 1.000 | | | | | | | | | | | | | |
| CE | -,125 | ,752** | 1.000 | | | | | | | | | | | | |
| TR | -,232** | ,595** | ,358** | 1.000 | | | | | | | | | | | |
| PF | -,114 | ,305** | ,144* | ,282** | 1.000 | | | | | | | | | | |
| RR | -,072 | ,255** | ,169** | ,142* | ,358** | 1.000 | | | | | | | | | |
| SF | -,068 | ,503** | ,435** | ,490** | ,071 | ,084 | 1.000 | | | | | | | | |
| RC | -,072 | ,409** | ,361** | ,361** | ,231** | ,395** | ,402** | 1.000 | | | | | | | |
| FS | -,199** | ,549** | ,282** | ,281** | ,489** | ,256** | ,291** | ,339** | 1.000 | | | | | | |
| AF | | ,177** | ,207** | ,263** | ,286** | ,313** | ,333** | ,209** | ,138* | 1.000 | | | | | |
| FT | -,089 | ,679** | ,463** | ,299** | ,400** | ,201** | ,342** | ,478** | ,385** | ,110 | 1.000 | | | | |
| DSD | ,284** | -,952** | -,680** | -,499** | -,145* | -,113 | -,364** | -,254** | -,441** | ,025 | -,573** | 1.000 | | | |
| NivGov | -,094 | ,249** | ,147* | ,209** | ,097 | ,086 | ,141* | ,138* | ,172** | ,043 | ,119* | -,238** | 1.000 | | |
| Auditor | -,098 | -,067 | -,052 | ,090 | ,036 | -,107 | -,009 | -,018 | -,011 | ,078 | -,057 | ,078 | ,075 | 1.000 | |
| Ano | ,058 | ,068 | ,052 | -,086 | -,009 | ,114 | -,051 | ,045 | -,057 | -,093 | ,141* | -,081 | -,004 | ,005 | 1.000 |

Nota: **AD** – *Accruals* Discricionários; **DCI** – Deficiências de Controles Internos; **CE** – Contas Específicas; **TR** – Treinamento; **PF** – Período de Fechamento; **RR** – Reconhecimento de Receitas; **SF** – Segregação de Funções; **RC** – Reconciliação de Contas; **FS** – Falhas em Subsidiárias; **AF** – Acúmulo de Funções da Alta Gestão; **FT** – Falhas Tecnológicas; **TDR** – Total de Deficiências Reportadas; **DSD** – Divulgação Sem Detalhes.

Ainda, observa-se uma correlação positiva de Divulgação Sem Detalhes (DSD) em relação ao gerenciamento de resultados. Neste caso, os *accruals* discricionários são menores quando há maior índice de divulgação sem detalhes. Observa-se também que quanto maior o total de deficiências reportadas, tem-se menores índices de deficiências em Contas Específicas, Treinamento, Segregação de Funções, Falhas em Subsidiárias e Falhas Tecnológicas.

Ademais, ao longo dos anos pôde-se observar que a deficiência mais reportada foi a de Falhas Tecnológicas. Esta última consideração difere dos resultados encontrados por Lopes *et al.* (2017), pois em seu estudo, a deficiência que se destacou foi a Segregação de Funções.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi analisar das deficiências de controles internos sobre o gerenciamento de resultados de empresas listadas na [B]³. O estudo descritivo, documental e com abordagem quantitativa, analisou a associação entre as Deficiências de Controles Internos (DCI's) e o Gerenciamento de Resultados contábeis. A amostra foi composta por 45

empresas listadas na [B]³ e que fizeram do índice IBOVESPA no último trimestre de 2016. A coleta de dados foi realizada no sítio eletrônico do COMDINHEIRO. Os dados se referiram ao período de 2010-2016. A análise de dados foi realizada através da estatística descritiva, teste de diferenças entre as médias dos grupos e análise de correlação.

Os resultados reforçam a hipótese de que há uma divulgação de deficiências nos controles internos menor quando há maior nível de prática de gerenciamento de resultados. Dentre as deficiências de controles internos reportadas, destacam-se as Contas Específicas (32%), Falhas Tecnológicas (24%), Treinamentos (19%), Falhas em Subsidiárias (16%) e Segregação de Funções (12%), sendo essas as mais representativas.

Ainda, analisou-se que o total de deficiências reportadas manteve uma média crescente ao longo dos anos, decaindo em 2015, mas tornando a se elevar em 2016.

Quanto à auditoria, pode-se observar que houve maior divulgação do total de deficiências em empresa de auditoria Big4, que está de acordo com o resultado de Zhang *et al.* (2007), que afirma que demonstrações que passaram por auditoria mais independente apresentam maior reporte de deficiências.

Outra consideração a ser feita está relacionada aos níveis de governança que quanto maiores as empresas, mais confiáveis são as demonstrações apresentadas, o que apresentou resultado incoerente nesta pesquisa. Observou-se que nos níveis de mercado 1 e 2, a ocorrência de *accruals* discricionários foi mais próxima de zero do que as de Novo Mercado. De acordo com Martinez (2008), se os *accruals* discricionários forem igual a zero, significa que não há diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional, não havendo assim o gerenciamento de resultados. Neste caso, observou-se menor índice de gerenciamento de resultados nas empresas do N1 e N2.

Quanto aos *accruals* discricionários em empresas que são auditadas por uma das Big4, observou-se que são todos valores próximos de zero, sejam eles negativos ou não. Esse resultado mostra adequação à Teoria da Agência, tendo em vista que os investidores incorrem em custos de agência a fim de mitigar os conflitos de interesses com os gestores (Jensen & Meckling, 1976). Ao incorrer nesses custos de agência utilizando-se da auditoria como meio para obter maior confiabilidade na divulgação das demonstrações contábeis, obteve-se média de gerenciamento de resultados baixa.

A presente pesquisa contribui para a literatura brasileira que analisa as deficiências de controles internos no mercado brasileiro e de que maneira isso pode interferir na escolha para o gerenciamento de resultado, considerando que a análise foi realizada apenas com empresas participantes da [B]³. A pesquisa obteve limitações quanto à restrição amostral. Apresentaram-se também resultados inconclusivos quanto à falta de homogeneidade na média de gerenciamento de resultados ao longo dos anos e o que poderia incentivar ou não a prática. Sugere-se para pesquisas futuras uma ampliação da amostra e análise dos resultados desde a implantação do segmento Novo Mercado no mercado de capitais.

5. REFERÊNCIAS

- Ball, R., & Brown, P. (1968). An Empirical Evaluation of Accounting Income Numbers. *Journal of Accounting Research*, 6(2), 159. <https://doi.org/10.2307/2490232>
- Beaver, W. H. (1968). The Information Content of Annual Earnings Announcements. *Journal of Accounting Research*, 6, 67. <https://doi.org/10.2307/2490070>
- Castro, R. D. de, & Marques, V. A. (2013). Relevância da informação contábil para o mercado de capitais: evidências no mercado brasileiro. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 32(1). <https://doi.org/10.4025/enfoque.v32i1.15362>

- Cheng, Q., Goh, B. W., & Kim, J. B. (2018). Internal Control and Operational Efficiency: Internal Control and Operational Efficiency. *Contemporary Accounting Research*, 35(2), 1102–1139. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12409>
- Clinton, S. B., Pinello, A. S., & Skaife, H. A. (2014). The implications of ineffective internal control and SOX 404 reporting for financial analysts. *Journal of Accounting and Public Policy*, 33(4), 303–327. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2014.04.005>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis 00 - Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Recuperado em 29 setembro, 2018 de http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf.
- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway (1992) Internal Control – Integrated Framework. Recuperado em 10 outubro, 2018 de <<http://www.coso.org/ICIntegratedFramework-summary.htm>>
- Correia, L. F., Amaral, H. F., & Louvet, P. (2017, agosto). Governança Corporativa e Earnings Management em Empresas Negociadas na BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 28(2).
- Cunha, P. R. da, Fernandes, L. B., & Dal Magro, C. B. (2017). Influência do refazimento das demonstrações contábeis no gerenciamento de resultados das empresas listadas na BM&FBovespa. *RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 16(1), 95. <https://doi.org/10.18593/race.v16i1.7305>
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2–3), 344–401. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>
- Erfurth, A. E., & Bezerra, F. A. (2012). Gerenciamento de resultados nos diferentes níveis de governança corporativa. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 10(1). <https://doi.org/10.4013/base.2013.101.03>
- Fama, E. F. (1970). Efficient Capital Markets: A Review of Theory and Empirical Work. *The Journal of Finance*, 25(2), 383. <https://doi.org/10.2307/2325486>
- Feng, M., Li, C., McVay, S. E., & Skaife, H. (2015). Does Ineffective Internal Control over Financial Reporting affect a Firm's Operations? Evidence from Firms' Inventory Management. *The Accounting Review*, 90(2), 529–557. <https://doi.org/10.2308/accr-50909>
- Formigoni, H., Antunes, M. T. P., Paulo, E., & Pereira, C. A. (2012). Estudo sobre os incentivos tributários para o gerenciamento de resultados contábeis nas companhias abertas brasileiras. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 9(1). <https://doi.org/10.4013/base.2012.91.04>
- Gao, X., Jia, Y., & Li, S. (2018). Does Mandatory Disclosure of Internal Control Weaknesses Affect Corporate Financing Decisions? *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 0148558X1877224. <https://doi.org/10.1177/0148558X18772244>

- Ge, W., & McVay, S. E. (2005). *The Disclosure of Material Weaknesses in Internal Control after the Sarbanes-Oxley Act* (SSRN Scholarly Paper No. ID 620743). Rochester, NY: Social Science Research Network. Recuperado de <https://papers.ssrn.com/abstract=620743>
- Healy, P. M. (1985). The effect of bonus schemes on accounting decisions. *Journal of Accounting and Economics*, 7(1–3), 85–107. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(85\)90029-1](https://doi.org/10.1016/0165-4101(85)90029-1)
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A Review of the Earnings Management Literature and Its Implications for Standard Setting. *Accounting Horizons*, 13(4), 365–383. <https://doi.org/10.2308/acch.1999.13.4.365>
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015) - Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. Recuperado em 08 setembro, 2018 em http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/2014/files/codigoMP_5edicao_baixa%5b1%5d.pdf.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1994). The Nature of Man. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.5471>
- Ji, X., Lu, W., & Qu, W. (2017). Voluntary Disclosure of Internal Control Weakness and Earnings Quality: Evidence From China. *The International Journal of Accounting*, 52(1), 27–44. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2017.01.007>
- Joia, R. M., & Nakao, S. H. (2014). Adoção de ifrs e gerenciamento de resultado nas empresas brasileiras de capital aberto. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 8(1). <https://doi.org/10.17524/repec.v8i1.1014>
- Jones, J. J. (1991). Earnings Management During Import Relief Investigations. *Journal of Accounting Research*, 29(2), 193. <https://doi.org/10.2307/2491047>
- Kothari, S. P., Leone, A. J., & Wasley, C. E. (2005). Performance matched discretionary accrual measures. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), 163–197. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.11.002>
- Lei Sarbanes Oxley - Seção 404 (Sarbanes Oxley Act Section 404) de 30 de julho de 2002 (2002). Dispõe sobre regras para aprimorar a governança corporativa de empresas e destaca o papel dos controles internos. Recuperado em 15 outubro, 2018 em: <http://legcounsel.house.gov/Comps/Sarbanes-oxley%20Act%20Of%202002.pdf>
- Li, Y., Park, Y., & Wynn, J. (2018). Investor reactions to restatements conditional on disclosure of internal control weaknesses. *Journal of Applied Accounting Research*, 19(3), 423–439. <https://doi.org/10.1108/JAAR-10-2017-0107>
- Liu, X., & Liu, X. (2017). CEO equity incentives and the remediation of material weaknesses in internal control. *Journal of Business Finance & Accounting*. <https://doi.org/10.1111/jbfa.12265>

- Lopes, A. B., & Martins, E. (2005). *Teoria da Contabilidade - Uma Nova Abordagem*. São Paulo: Atlas.
- Lopes, I. M. de O., Marques, V. A., & Louzada, L. C. (2017). (D)eficiências dos controles internos das empresas listadas na bm&fbovespa. Apresentado em XVII USP International Conference Accounting, São Paulo.
- Machado, M. A. V., Macedo, M. A. da S., & Machado, M. R. (2015). Analysis of the Relevance of Information Content of the Value Added Statement in the Brazilian Capital Markets. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(67), 57–69. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201512240>
- Marques, V. A. (2016). *Qualidade das Informações Contábeis e o Ambiente Regulatório: Evidências Empíricas no período de 1999-2013* (Doutorado em Administração). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Marques, V. A., Lara, C. O., Ayala, L. C., & Lamounier, W. M. (2011). O Impacto dos Fatos Relevantes no Mercado de Capitais: um estudo dos fatos publicados pelas empresas participantes do Novo Mercado do segmento Bovespa. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 5(3). https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v5i3.13218
- Martinez, A. L. (2001). “Gerenciamento” dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. (Doutorado em Ciências Contábeis). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Martinez, A. L. (2008). Detectando Earnings management no Brasil: estimando os *accruals* discricionários. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(46), 7–17. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000100002>
- Mazzioni, S., & Klann, R. C. (2018). Aspects of the quality of accounting in the international context. *Review of Business Management*, 20(1), 92–111. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v20i1.2630>
- Mazzioni, S., Prigol, V., Moura, G. D. de, & Klann, R. C. (2015). Influência da governança corporativa e da estrutura de capital no gerenciamento de resultados. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(27), 61. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n27p61>
- Norma Brasileira de Contabilidade 265 de 27 de Novembro de 2009 - Comunicação de Deficiências de Controle Interno. Recuperado em 01 setembro, 2018 de http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1210.pdf.
- Reis, E. M. dos, Lamounier, W. M., & Bressan, V. G. F. (2015). Evitar Divulgar Perdas: Um Estudo Empírico do Gerenciamento de Resultados por Meio de Decisões Operacionais. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), 247–260. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501070>
- Santana, V. de F., & Cassuce, F. C. da C. (2012, junho). A Relevância da Contabilidade no Mercado De Capitais Brasileiro pela Reação dos Preços ao Lucro e ao Patrimônio. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 23(2), 83–100.

- Santos, J. G. C. dos, & Coelho, A. C. (2018). Value-relevance of disclosure: risk factors and risk management in Brazilian firms. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29(78), 390–404. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201806150>
- Sarens, G., & Christopher, J. (2010). The association between corporate governance guidelines and risk management and internal control practices: Evidence from a comparative study. *Managerial Auditing Journal*, 25(4), 288–308. <https://doi.org/10.1108/02686901011034144>
- Silva, A. da, Rohenkohl, L. B., & Cunha, P. R. da. (2017). Influencia das Deficiencias de Controle Interno em Escolhas Contábeis Conservadoras e Oportunistas. Apresentado em XX SEMEAD. Recuperado de <http://login.semead.com.br/20semead/arquivos/1027.pdf>
- Silva, G. C. da, Takamatsu, R. T., & Avelino, B. C. (2017, abril). Adesão aos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e Qualidade das Informações Contábeis. *ConTexto*, 17(35), 89–104.
- Silva, M. C. da, & Clemente, A. (2017). Nível de Value Relevance das Informações Contábeis para as Ações das Empresas listadas na BM&FBovespa. Apresentado em VII Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade - AdCont 2017, Rio de Janeiro, RJ.
- Sousa, R. G. de, Souto, S. D. A. S., & Nicolau, A. M. (2017). Em um mundo de incertezas: um survey sobre controle interno em uma perspectiva pública e privada. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 14(31), 155. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2017v14n31p155>
- Souza Filho, E. A. de, Albuquerque, J. R. de, Anjos, L. C. M. dos, & Rodrigues, R. N. (2017, agosto). Assimetria informacional no mercado de capitais do Brasil: os relatórios contábeis são capazes de reduzir o risco de investimento? *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 22(2), 39–53.
- Sun, Y. (2016). Internal Control Weakness Disclosure and Firm Investment. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 31(2), 277–307. <https://doi.org/10.1177/0148558X15598027>
- Teixeira, S. A., & Cunha, P. R. da. (2016). Índice de Deficiências do Controle Interno; Análise de Empresas Brasileiras Listadas na BM&FBovespa. Apresentado em X Congresso ANPCONT, Ribeirão Preto. Recuperado de <http://congressos.anpcont.org.br/x/anais/files/2016-05/mcf327.pdf>
- Teixeira, S. A., & Cunha, P. R. da. (2017). Efeito Moderador das Deficiências do Controle Interno na Relação Entre Suas Determinantes e Consequentes. Apresentado em XVI Congresso USP de Contabilidade e Controladoria, São Paulo. Recuperado de <http://www.congressousp.fipecafi.org.br/anais/artigos162016/220.pdf>
- Zhang, Y., Zhou, J., & Zhou, N. (2007). Audit committee quality, auditor independence, and internal control weaknesses. *Journal of Accounting and Public Policy*, 26(3), 300–327. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2007.03.001>